

TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS COLETIVAS E OS DESENHOS DE UM CAMPO TRANSNACIONAL NA AMÉRICA DO SUL

EIXO TEMÁTICO 1: trajetórias, institucionalização e circulação de ideias no urbanismo

NOVO, Leonardo Faggion
Professor Doutor; IAU-USP
lfnovo@usp.br

RESUMO

O presente artigo busca debater a potencialidade do uso da prosopografia, ou das trajetórias coletivas, nas escritas da história urbana na América Latina. Para isso, os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos são configurados enquanto “espaços dos possíveis” na conformação de uma rede de profissionais engajados na construção do campo profissional durante as primeiras décadas do século XX. Para esse exercício, revisita-se o III Congresso Pan-Americano de Arquitetos, sediado em Buenos Aires no ano de 1927, para mapear os agentes envolvidos no debate sobre o urbanismo, pela primeira vez debatido enquanto tema nessa sequência de eventos iniciada em 1920. Busca-se, assim, articular a história urbana a problemáticas da história política e da teoria da história, de modo a explorar novas formas de compreender e narrar, em perspectiva coletiva, a configuração do urbanismo como campo profissional e disciplinar na América do Sul. Espera-se, com isso, contribuir de modo mais amplo com a historiografia dedicada a criticar o cânone eurocêntrico e seus efeitos para a história urbana na América Latina.

Palavras-chave: prosopografia; Congressos Pan-Americanos de Arquitetos; trajetórias profissionais.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article seeks to examine the potential of prosopography—or the analysis of collective trajectories—for the writing of urban history in Latin America. To this end, the Pan-American Congresses of Architects are framed as “spaces of possibles” in the formation of a network of professionals engaged in the construction of the professional field during the early decades of the twentieth century. Within this framework, the Third Pan-American Congress of Architects, held in Buenos Aires in 1927, is revisited in order to map the agents involved in the debate on urbanism, addressed for the first time as a central theme in this sequence of events initiated in 1920. The article thus aims to articulate urban history with key issues in political history and the theory of history, in order to explore new ways of understanding and narrating, from a collective perspective, the configuration of urbanism as a professional and disciplinary field in South America. It is thus expected to contribute, in a broader sense, to the historiography dedicated to critiquing the Eurocentric canon and its effects on urban history in Latin America.

Key-words: *prosopography; Pan-American Congresses of Architects; professional trajectories.*

RESUMEN

El presente artículo se propone debatir las potencialidades del uso de la prosopografía —o del análisis de trayectorias colectivas— en la escritura de la historia urbana en América Latina. Para ello, los Congresos Panamericanos de Arquitectos son concebidos como “espacios de posibles” en la conformación de una red de profesionales comprometidos con la construcción del campo profesional durante las primeras décadas del siglo XX. En este marco, se revisita el III Congreso Panamericano de Arquitectos, celebrado en Buenos Aires en 1927, con el objetivo de mapear a los agentes involucrados en el debate sobre el urbanismo, abordado por primera vez como tema en esta serie de encuentros iniciada en 1920. Se busca, así, articular la historia urbana con problemáticas propias de la historia política y de la teoría de la historia, a fin de explorar nuevas formas de comprender y narrar, desde una perspectiva colectiva, la configuración del urbanismo como campo profesional y disciplinar en América del Sur. Se espera, con ello, contribuir de manera más amplia a la historiografía dedicada a criticar el canon eurocéntrico y sus efectos en la historia urbana en América Latina.

Palabras clave: *prosopografía; Congresos Panamericanos de Arquitectos; trayectorias profesionales.*

URBANISMOS NOS DEBATES SUL-AMERICANOS

“A cidade é a causa e o urbanismo é o efeito”. Foi dessa maneira que o arquiteto argentino Alfredo Cópola estabeleceu a relação entre o objeto de intervenção, a cidade, e o campo disciplinar responsável por fazê-lo, o urbanismo, em meio aos debates realizados no III Congresso Pan-Americano de Arquitetos (abreviados como CPAs no presente artigo) sediado em Buenos Aires no ano de 1927. Era a primeira vez que o urbanismo era enunciado especificamente como um tema autônomo nesses congressos – “Urbanismo e suas relações com a arquitetura” –, ainda que os problemas identificados nas cidades do continente conformassem uma pauta permanentemente debatida desde sua primeira edição, em 1920.¹ Além do trabalho de Cópola, outros sete trabalhos foram elaborados por arquitetos argentinos, chilenos, brasileiros, uruguaios e estadunidenses a fim de serem debatidos no III CPA. Esse conjunto heterogêneo de produções sobre a cidade e o urbano não era exceção, mas reafirmava a importância dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos como fóruns de debate sobre o futuro das cidades americanas. A ênfase sul-americana também não era novidade, mas aspecto consolidado observado em relação às edições realizadas até, ao menos, a década de 1950.²

Em 1927, o coletivo reunido em Buenos Aires preocupava-se em definir o urbanismo como campo disciplinar e profissional de diferentes maneiras. Enquanto Cópola o definia como ciência e arte de planejar e transformar cidades, John Howard sublinhava noções básicas do *City Planning* ao evocar exemplos de reformas urbanas de cidades estadunidenses. O comitê uruaio, representado pelos arquitetos Rafael Arocena, Antonio Bonnacarrere, Alberto Aguerre e Eugenio Baroffio, argumentava sobre a necessária distinção entre as atribuições do arquiteto e do urbanista; por outro lado, Carlos Ancell, da Argentina, autor de cinco pequenas proposições publicadas nas atas como trabalhos, entendia o urbanismo como uma das atribuições privativas dos arquitetos diplomados, formulando a ideia, hoje já consolidada, de uma carreira hifenizada: arquitetos-urbanistas. Em todas essas reflexões, contudo, podemos observar o caráter inter e até transdisciplinar do urbanismo em suas relações com a engenharia civil, a higiene, a arquitetura, a sociologia, a arte e, não menos importante, a história.

¹ Para uma visão panorâmica dos temas debatidos nas edições dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos realizadas entre 1920 e 2000 ver: Gutiérrez, Tartarini, Stagno, 2007.

² O VII Congresso Pan-Americano de Arquitetos realizado em Havana (Cuba) no ano de 1950 foi o primeiro a ser sediado em um país fora do Cone Sul americano. Uma análise mais aprofundada sobre a conformação dessa rede profissional sul-americana pode ser encontrada em Novo (2023).

PENSAR FORA DO EIXO

Entre muitas citações e referências – que iam de Aristóteles a Pierre Charles L’Enfant, passando por Léon Jaussely e Camilo Sitte – o debate era, ainda, tensionado pelos chilenos Manuel Cifuentes e Carlos Carbajal, cuja reflexão baseava-se em um mapeamento da série de congressos voltados ao urbanismo realizados na Europa até então, e por Alberto Schade (Chile) e Nereo de Sampaio (Brasil), que insistiam na necessidade de maior diálogo com o Estado. Como pressuposto comum, é possível identificar um debate pautado pelas diferenças entre o “urbanismo europeu” e o “urbanismo americano”:

Aquele se refere a cidades tradicionais, ancestrais, velhas, caducas, nas quais é necessário um exame metódico para a renovação e expansão [pela] capacidade financeira que implicam e [pelo] conjunto de intrincados fatores sociais e econômicos que levam consigo. Por outro lado, o urbanismo americano (...) é mais amplo, porém mais simples (III Congresso, 1927, p.247).

A constatação dessa diferença era explicada pelas apreensões históricas que determinaram as características das cidades do novo e velho mundos e permeada pela retórica do entreguerras voltada a sublinhar um período de decadência do continente europeu e as possibilidades abertas para a América enquanto campo de experimentações e formulações modernas.

Ainda que restrito a um tema de apenas uma edição dos CPAs, esse conjunto de reflexões indica a centralidade do debate sobre o urbanismo entre os profissionais sul-americanos na primeira metade do século XX. Esse campo profissional dinâmico e internacionalmente movimentado não era, necessariamente, reconhecido como tal à época. Três anos depois do III CPA, no ano de 1930, o ucraniano Gregori Warchavchik enviou um relatório ao III Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) para apresentar os obstáculos para o surgimento de uma arquitetura nova na América do Sul. No relatório, Warchavchik destacava o nacionalismo limitado, a necessária importação de materiais como cimento, ferro e vidro, a mão de obra ignorante quanto ao trabalho moderno e o clima quente, intenso e adverso como dificuldades para a implementação da agenda modernista em países dessa região do continente. “Somos ainda muito primitivos” (Warchavchik, 2006 [1930], p. 171), concluía o arquiteto.

A descrição dos “países novos” na carta endereçada a Siegfried Giedion, secretário dos CIAMs, era orientada pelo interesse de Warchavchik em integrar esse seleto grupo com o poder de cancelar o que era e o que não era arquitetura e urbanismo modernos ao redor do mundo desde a Europa. Essa narrativa, portanto, era não só interessada, mas parcial, uma vez que ignorava diversas manifestações, projetos e movimentos intelectuais existentes na América do Sul que disputavam os significados do moderno na primeira metade do século XX. Essas disputas foram feitas, em grande

PENSAR FORA DO EIXO

medida, por meio da escrita e da dimensão textual da atuação de arquitetos e urbanistas, como nos lembra Silvana Rubino a respeito da história da arquitetura moderna:

(...) foi por escrito que parte dessa luta simbólica, que forjou a trama da arquitetura dos últimos cem anos, foi tecida, reforçada ou esgarçada. São os textos que organizam discursivamente o universo da arquitetura, separando o que é exemplar do que é prosaico, o que é relevante daquilo que passa despercebido, o que pertence ao mundo da arquitetura e o que nela não cabe, construindo um debate dotado de um notável grau de autonomia (Rubino, 2009, p.22).

No relatório, Warchavchik fazia menção a um congresso pan-americano realizado no Rio de Janeiro, mas condenado a reunir poucas e isoladas manifestações modernas: “foi a demonstração de uma falta absoluta de compreensão do século que vivemos (...), esse congresso foi uma farsa, com uma encenação primorosa” (Warchavchik, 2006 [1930], p. 170). O evento em questão era justamente a quarta edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, subalternizados na fala do arquiteto em relação à importância atribuída aos CIAMs. Eric Mumford (2000) já mostrou como o lugar de destaque na historiografia conferido aos CIAMs foi um produto de relações de poder e estratégias narrativas que permitiram aos arquitetos engajados nesses eventos, de uma só vez, estabelecer diretrizes e fundamentos para a prática da arquitetura e do urbanismo modernos e construir sua memória por meio de manifestos, textos, livros e, não menos importante, da constituição de um arquivo, o que não aconteceu no caso pan-americano.³

Ainda que os CPAs não ocupem hoje o mesmo lugar canônico e de importância observado em relação aos CIAMs, eles foram abordados de diferentes maneiras pela historiografia brasileira. Seja para argumentar sobre a relação entre a conformação do campo profissional nacional e processos de modernização e reformas urbanas (Segawa, 2010; Rabelo, 2011), seja para situar trajetórias profissionais e até instituições em uma perspectiva internacional (Leme, 2010; Silva, 2010; Dedecca, 2018), essa produção historiográfica os caracteriza como legitimadores de estratégias, pautas e agendas compartilhadas de modernização que iam além das fronteiras nacionais. Fóruns privilegiados, portanto, para analisar os fluxos e trocas responsáveis por tornar inescapável a dimensão da circulação de ideias para pensar o urbanismo nas Américas ao longo do século XX.

³ Ainda que os documentos relacionados aos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos estejam centralizados na *Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos* (FPAA), sediada em Montevideu, é possível encontrá-los, também, nos acervos de diversas associações profissionais locais de países latino-americanos. A fundação da FPAA aconteceu durante o VII CPA, em 1950, o que indica um cenário diferente daquele observado por Mumford em relação aos CIAMs, que desde sua primeira edição já expressavam preocupação com as narrativas formuladas sobre esses eventos e seu legado.

PENSAR FORA DO EIXO

Especificamente sobre o urbanismo, é possível identificar um percurso pelo qual o tema foi debatido nas edições realizadas na década de 1920 a partir de diferentes percepções, pressupostos e soluções. No I CPA (Montevideu, 1920) os trabalhos sobre transformação, extensão e embelezamento da cidade de tipo predominante na América se propunham a estabelecer diagnósticos sobre os problemas urbanos comuns identificados em capitais sul-americanas. No congresso seguinte, sediado em Santiago do Chile em 1923, os diagnósticos deram espaço para a afirmação da necessidade de criar planos urbanos como estratégia para implementar os preceitos do urbanismo moderno referendados na edição anterior. Como mencionado, a terceira edição dos CPAs dedicou um tema específico ao urbanismo e, nessa série histórica dos primeiros quatro congressos, foi a que mais reuniu trabalhos que buscavam teorizar e definir o campo disciplinar e as atribuições profissionais, com especial atenção a aspectos relativos ao ensino nas faculdades de arquitetura e engenharia das Américas.

O congresso de 1930, sediado no Rio de Janeiro, pode ser considerado uma exceção, pois, diferentemente das demais edições, o Comitê Executivo do IV CPA não publicou as atas e trabalhos do evento. Ainda assim, por meios oficiosos, é possível encontrar a narração sobre as sessões de debates nas revistas publicadas pelas associações profissionais e relatórios de alguns profissionais que atenderam ao evento. Ainda que o urbanismo não compusesse mais um tema próprio, é possível observar como ele continuou a ser central para as conclusões votadas em, pelo menos, dois temas de maneira direta: aquele dedicado às tensões entre regionalismo e internacionalismo na arquitetura contemporânea – a partir do qual Flávio de Carvalho apresentou sua célebre tese “A cidade do homem nu” – e no que pautava análises sobre o arranha-céu e seus efeitos estéticos, higiênicos e urbanos.

Frente a esse heterogêneo quadro, podemos nos perguntar: quão incipiente – ou, para voltar aos adjetivos de Warchavchik, *primitivo* – pode ser considerado esse campo em ebulição na primeira metade do século XX? Ou, ainda: como interpretar e narrar propostas tão diversas quanto complexas sobre o futuro das cidades americanas colocadas em embate nesses eventos? A presente reflexão busca articular o campo da história urbana às problemáticas da história política e da teoria da história para enfrentar um problema historiográfico que tem ganhado força nas últimas décadas no que toca às relações entre formulações locais e cânones universais (Liernur, 2010). De que maneira podemos enquadrar as proposições latino-americanas sem recair nos jargões esvaziados da “circulação de ideias” ou mesmo reforçar as hierarquias inerentes ao par

PENSAR FORA DO EIXO

centro/periferia? Ou, ainda, como narrar esses esforços coletivos sem recair no pressuposto da atuação dos grandes gênios e protagonistas sempre encarados a partir de sua individualidade?

O problema, evidentemente, não se dá pela ausência de narrativas sobre o urbanismo na América Latina, que não é um tema desconhecido. Ao contrário, nas últimas décadas, acumulam-se trabalhos dedicados a interpretar projetos, relações e profissionais dedicados a intervir e transformar as cidades nessa região do globo. Essa tendência pode ser percebida em uma análise preliminar dos trabalhos apresentados nos últimos Seminários de História da Cidade do Urbanismo (SHCU), um dos principais fóruns de debate acadêmico da área no Brasil⁴, ou mesmo na crescente participação de latino-americanos em fóruns de debate internacional, como é o caso da *Society of Architectural History*, que recentemente fundou um grupo específico para pautar a história da arquitetura latino-americana.⁵

No Brasil, em termos historiográficos, é relevante a publicação da coletânea *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960* organizada por Marco Aurélio Filgueiras Gomes em 2009. A obra enunciava no subtítulo o estatuto adquirido pela relação entre cidades sul-americanas e profissionais europeus e estadunidenses no momento de conformação do campo do urbanismo. Os capítulos, por sua vez, apresentavam um cenário heterogêneo, atravessado por diferentes tradições e possibilidades locais que indicavam a superação das fronteiras nacionais para pensar a história das trocas intelectuais no âmbito latino-americano.

O livro, somado a muitos outros estudos e pesquisas realizados nesses últimos dezessete anos, reforça o argumento de Fernando Martínez Nespral: mostra-se insuficiente a estratégia de incorporação paulatina de determinados casos locais que acabam por ratificar ideias supostamente criadas pelos grandes mestres europeus ou norte-americanos e seus ecos latino-americanos (Martínez Nespral, 2019, p. 77). Ou seja, o desafio vai além da simples adição, mas se apresenta como a desmontagem de um sistema em prol de um modelo de interpretação e ensino que preze explicitar a complexidade e diversidade de atores e vínculos que possam privilegiar diferentes focos

⁴ Em 2020, como parte das comemorações de 30 anos do SHCU, os pesquisadores da UFBA realizaram um exame crítico de longa duração da importância desses eventos e produziram um acervo com os anais de cada edição (1990-2018), entendidos como material fundamental de referência para o campo dos estudos urbanos. É possível consultar esse acervo por meio do site: <http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-shcu/>

⁵ Denominado *SAH Latin American Architectural Histories Affiliate Group*, o grupo tem como objetivo criar uma comunidade visível dedicada às histórias da arquitetura sobre a América Latina, coordenar esforços para produzir trabalhos inovadores sobre histórias da arquitetura latino-americana em inglês, espanhol e português, e disseminar pesquisas sobre a história da arquitetura latino-americana.

PENSAR FORA DO EIXO

simultâneos e interligados nos quais a importância do centro único anterior é substituída pela multiplicidade de centros e pela transcendência das suas interligações. Em outras palavras, o desafio coloca-se no sentido de ir além da ênfase em trajetórias individuais consideradas pioneiras, peculiares ou mesmo exemplares para abarcar a complexidade das relações estabelecidas entre determinados agentes na formulação de uma agenda comum.

Essa revisão de pressupostos para interpretar o campo do urbanismo na América Latina leva, necessariamente, a uma revisão do cânone eurocêntrico da disciplina. Para além de uma seleção de obras e autores consagrados, Fernando Lara, Fernando Martínez Nespral e Ingrid Quintana-Guerrero (2023) definem o cânone como um sistema de relações estabelecidos entre eles: um sistema interno de valoração que estabelece quem foram os criadores e quem foram os sucessores, ou mesmo quais autores e obras merecem ser reconhecidos ou excluídos. Ou seja, representa um sistema de poder amparado pelas geopolíticas do conhecimento e de dinâmicas ainda mais amplas e persistentes, como o colonialismo e o sistema imperial.

Como efeitos, podemos tomar a já referida obra *Urbanismo na América do Sul* (2009) para operar uma crítica à maneira pela qual essas histórias são narradas. Ainda que seja considerado uma contribuição fundamental para o avanço das questões, seus capítulos reforçam a noção de cânone ao imputar os grandes marcos da história urbana latino-americana a determinados nomes e figuras de um *star system* global. Ou seja, a inclusão da América Latina na historiografia é feita de modo a reforçar a percepção de uma origem europeia incontornável que passa a ser “irradiada” ou mote de “influências” explicativas para projetos e formulações locais necessariamente filiadas ao cânone europeu ou estadunidense.⁶

É possível, a partir dessa constatação, formular novas questões: como escapar dessas armadilhas narrativas ao interpretar esse campo profissional dinâmico, complexo e multidirecional identificado a partir dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos? Como interpretar de modo coletivo essas trajetórias profissionais, múltiplas e, por vezes, divergentes, ainda que agrupadas por determinados índices? Ainda que a presente reflexão não consiga responder propriamente a elas, arrisca-se o esboço de uma resposta a partir de algumas reflexões teóricas vindas do campo da história política.

⁶ Stella Bresciani (2018) já teceu contundentes críticas à noção de influência e aos efeitos da naturalização dessa perspectiva nas interpretações sobre a história das cidades, bem como da atribuição de lugares de origem a ideias e projetos urbanos.

POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS: TRAJETÓRIAS EXEMPLARES, BIOGRAFIAS COLETIVAS E OUTROS MODOS DE NARRAR A HISTÓRIA

Esse conjunto de questões, centrais para a história da arquitetura e do urbanismo pensada a partir da América Latina, articula, necessariamente, esse campo disciplinar e profissional a outras áreas e disciplinas voltadas às diferentes modalidades de interpretar e narrar o passado. As escolhas feitas sobre o que privilegiar ou quais relações e trajetórias enfatizar assumem natureza política frente às inquietações exploradas na seção anterior. Por isso, recorre-se à história política em busca de instrumentos analíticos que possam dar conta de responder a essas preocupações.

Longe de reforçar uma perspectiva unicamente oficial, a política é, aqui, entendida em sentido amplo, como defende Pierre Rosanvallon. O historiador desconstrói a ideia de “a política” enquanto enunciado restrito a partidos, eleições e governantes para propor um estudo conceitual sobre “o político”: conjuntos de regras, representações, práticas e dinâmicas difusas que caracterizam comunidades e seus embates (Ronsavallon, 2010). Esse movimento de renovação fez parte de um esforço mais amplo da historiografia que retirou o político de um lugar hermético para articular temas, questões e fontes a outras áreas e campos.⁷

Situa-se nesses movimentos operados na disciplina ao longo do século XX o revisitar da prosopografia como ferramenta analítica. Grosso modo, entende-se prosopografia como ferramenta que permite renovar algumas perspectivas da história política a partir da interpretação das relações internas de um sujeito coletivo, como argumentou Christophe Charle:

O historiador prosopógrafo navega, todavia, entre dois rochedos: aquele da biografia indefinida de indivíduos (com o risco da perda da dimensão coletiva) e aquele, inverso, da ampliação das grandes amostras com as dimensões de toda a sociedade (com o risco de reduzir o questionário a sua mais simples expressão). (Charle, 2006, p.46)

O interesse coloca-se, portanto, em uma articulação entre trajetórias individuais e dimensões coletivas sem, com isso, menorizar as tensões ou homogeneizar determinados grupos, como defende Pedro Soto Carasa (1994). A prosopografia, enquanto instrumento, busca problematizar teorias da determinação social e a criação de mitos de líderes e gênios entendidos de modo alheio a seu tempo e dinâmicas sócio-políticas.

⁷ Essa reconfiguração do político na historiografia foi um esforço coletivo de uma geração de intelectuais dos quais destacam-se Raymond Aron, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Peter Burke, dentre outros.

PENSAR FORA DO EIXO

Longe de ser novidade, Lawrence Stone já propunha um balanço crítico sobre essa prática na década de 1970, tornando-se um dos principais referenciais teóricos desde então⁸:

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. (Stone, 1971, p.46)

Enquanto método, ela não se configura como um ponto de chegada, mas como uma estratégia para, a partir da formulação de categorias, tipos de informações e variáveis, dotar de significados as relações delineadas por indivíduos e suas trajetórias.

No Brasil, a proliferação de pesquisas realizadas a partir da prosopografia se relaciona a elaboração de novas perspectivas orientadas a reconfigurar os estudos sobre as elites, como argumenta Flávio Heinz (2006). O autor caracteriza o método como a mobilização de um enfoque de tipo sociológico na pesquisa histórica voltado a revelar características comuns, sejam elas permanentes ou transitórias, de um determinado grupo social em dado período histórico. Uma “sociologia do passado” que permite destacar mecanismos coletivos que caracterizam as trajetórias sociais e estratégias de carreira dos indivíduos a partir de noções e categorias como rede, campo, mediador, formação, agente, recurso, capital, repertório, profissão, dentre outras orientadas a compreender estratégias de exercício e consolidação do poder mobilizadas por coletivos determinados historicamente.

Esse conjunto de trabalhos indica como as mobilizações da prosopografia como instrumento analítico são feitas em diferentes sentidos e a partir de objetivos distintos. Contudo, em todos os casos, ela aparece como resposta aos problemas colocados pela relação entre os indivíduos e o coletivo em que estão inseridos. Recoloca-se, portanto, problemas e questões caros à historiografia do século XX, sintetizados por Pierre Bourdieu (2006 [1986]) ao abordar a tensão entre escolhas individuais e percursos sociais na conformação de uma trajetória.

⁸ A década de 1970 foi um importante ponto de inflexão para a consolidação de um deslocamento operado no campo das ciências sociais: das análises sócio-históricas individuais para uma dimensão coletiva e relacional. São relevantes, nesse sentido, os balanços elaborados por Adam Przeworsky e Henry Teune (1970) e Robert Putnam (1976).

PENSAR FORA DO EIXO

Defende-se, neste exercício, a prosopografia como possibilidade de delinear o que Bourdieu encarava como “espaços dos possíveis”, afastando a presunção de interpretar uma trajetória como uma série única de acontecimentos sucessivos sem qualquer vinculação com os deslocamentos operados no e pelo espaço social. A noção de “campo situado” é central para articular o metrô à estrutura de sua rede, na metáfora formulada por Bourdieu:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si só dos acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 2006 [1986], p.189).

Essa aposta não é feita de modo solitário ou inadvertido. Pelo contrário, responde a um chamado feito por Ana Fernandes ao abordar a prosopografia mobilizada no campo do urbanismo: “Muito ainda a pesquisar, mas parecer uma perspectiva frutífera a de problematizarmos o urbanismo a partir de biografias coletivas” (Fernandes, 2021, p.133). A autora recorre a prosopografia para indicar problemas historiográficos decorrentes de uma aposta feita pelo campo da arquitetura e do urbanismo no autorismo, que, segundo seus argumentos, supõe o urbanismo como trabalho de natureza individual, trata de forma acessória a multidisciplinaridade e, sobretudo, explicita uma escolha sobre o modo de fazer historiografia que elege a autoria como elemento fundante para sua compreensão.

Menos do que apresentar os resultados de um estudo realizado a partir da prosopografia, o presente exercício pode ser encarado como uma primeira investigação sobre suas potencialidades e limites a partir dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Mais especificamente, elege-se a terceira edição, realizada em 1927 e sediada em Buenos Aires, para identificar como esse “espaço dos possíveis” permite formular questões e problemas voltados a uma compreensão coletiva da conformação do campo do urbanismo.

Como já mencionado, pela primeira vez nessa série histórica, o urbanismo passava a ser debatido como um tema próprio, a partir de suas relações com a arquitetura. Os problemas derivados de uma apreensão baseada no autorismo já são perceptíveis na própria apresentação dos trabalhos e teses formulados sobre esse tema na ocasião. Dos doze trabalhos publicados integralmente pelo comitê organizador nas atas, ao menos três podem ser encarados como formulações coletivas: Rafael Arocena, Antonio Bonnacarrere, Alberto Aguerre e Eugenio Baroffio assinam a tese apresentada em nome da comissão uruguaia, assim como Manuel Cifuentes e Carlos Carbajal dividem a autoria

PENSAR FORA DO EIXO

enquanto delegados chilenos. O mesmo é observado em relação à tese de Alberto Schade que, apesar de assinar a reflexão, indica, por meio do uso de parênteses, que ela é apresentada em nome da comissão chilena.

Desde o primeiro congresso, realizado sete anos antes dessa terceira edição, a prática de assinar coletivamente os trabalhos e reflexões é notável. Esse aspecto próprio aos CPAs deve-se, em muito, pela estrutura de sua organização. Cada edição era organizada por um comitê executivo local, responsável por organizar os temas, o cronograma de atividades, receber os trabalhos e o pagamento das cotas, bem como publicar os documentos oficiais. A inscrição dos membros deveria ser feita a partir dos comitês nacionais de cada delegação, como instituído pelo regulamento do III CPA, que cumpriam a função de “intermediários entre os membros do Congresso residentes nos países da América e o Comitê Executivo” (*Arquitectura*, 1926, p.278). Os membros, por sua vez, poderiam ser inscritos como titulares ou associados e apenas os primeiros teriam direito a voto e fala nas deliberações oficiais. Ao longo de suas primeiras edições, a maioria dos profissionais era inscrito como membro titular e, para isso, deveria representar “os delegados oficiais dos governos, das instituições de ensino e das associações profissionais” (*Arquitectura*, 1926, p.279). Ou seja, partiam, necessariamente, de coletivos profissionais para enunciar questões e delinear perspectivas a serem consideradas na formulação das conclusões de cada tema.

Por isso, menos do que lidos a partir de sua autoria individual, as teses passam a ser encaradas como movimentos coletivos de colocar em pauta aspectos sobre o campo disciplinar e profissional do urbanismo a partir de um jogo de forças entre as municipalidades, associações e escolas de cada país e articulações continentais. Situar cada um dos agentes dessa trama transnacional a partir de disputas e embates locais nos permite formular questões sobre a relação entre os indivíduos e a coletividade: o que tornava possível a inscrição de seis trabalhos argentinos representados por Cóppola (1) e Ancell (5)? Qual seria o consenso possível entre as instituições uruguaias que ajude a interpretar o trabalho de Arocena, Bonnecarerre, Aguerre e Baroffio elaborado em nome de toda a delegação?

Alguns aspectos biográficos de determinados agentes podem ajudar. Carlos Ancell, por exemplo, figura nas atas como autor de cinco curtas proposições que buscavam responder à dimensões que julgava importante acerca do urbanismo: a função dos arquitetos na determinação dos planos regulares das cidades; as aptidões profissionais requeridas para a formulação dos planos; a importância dos serviços públicos nos planos de urbanização; a conservação da arquitetura

PENSAR FORA DO EIXO

tradicional nas cidades americanas; e o papel dos elementos gráficos nos projetos de urbanização (III Congresso, 1927, pp.230-232). Essa perspectiva ampliada sobre as dimensões do plano, bem como da formação necessária ao profissional responsável por elaborá-lo, são dimensões inerentes à sua própria trajetória. Formado em 1918 pela *Universidad de Buenos Aires*, Ancell fez parte da geração que tomou parte das reformas universitárias no país. Antes de diplomar-se arquiteto, já era membro da *Sociedad Central de Arquitectos* de Buenos Aires e presidia o Centro de Estudantes em um momento de formulação dos primeiros números da *Revista de Arquitectura*. No ano do III CPA, o arquiteto dirigiu as atividades da revista, o que ajuda a interpretar sua forte presença nas atividades do congresso. No ano seguinte, em 1924, fundou o grupo Amigos da Cidade junto a outros profissionais de destaque nos CPAs, como Alberto Coni Molina, além de escrever numerosos artigos publicados no *La Nación* (Adagio, 2007).

Menos do que singularizar sua trajetória, esses aspectos biográficos situam Carlos Ancell entre seus “espaços dos possíveis”: uma inserção institucional multifacetada e orientada a diferentes dimensões da prática profissional na Argentina no início do século XX. Essa inserção institucional e pública aproximava esses agentes e também é característica da trajetória de Manuel Cifuentes, que ingressou no curso de arquitetura em Santiago do Chile quando ele ainda era oferecido pela Faculdade de Engenharia Civil e Matemática da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, tornando-se o primeiro arquiteto diplomado pela instituição em 1899. Para além de suas atividades profissionais, Cifuentes atuou como jornalista, deputado, senador e ministro. Assim como seu colega argentino, esteve à frente da fundação de importantes iniciativas institucionais, como a fundação do Centro de Arquitetura da Faculdade de Engenharia Civil e Matemática e, em 1921, envolveu-se com a criação da Faculdade de Arquitetura da universidade, sendo nomeado decano (Jaque, 1982).

Ainda que assinasse a tese em nome da delegação chilena, seu compatriota Alberto Schade também participou de mudanças universitárias importantes ao introduzir, em 1928, um dos primeiros cursos dedicados ao urbanismo na Universidade do Chile a partir de sua experiência como autor do plano de Santiago de 1923. Tanto no plano, quanto em sua reflexão sobre o urbanismo apresentada no III CPA, Camilo Sitte é enunciado como referência teórica importante para argumentar sobre o papel da estética na organização dos equipamentos e intervenções urbanas. Nas conclusões apresentadas em sua tese, ele reforça a necessidade de criação dos cursos de urbanismo nas faculdades de arquitetura, o que se tornou conclusão definitiva do tema votado pela assembleia de delegados ao final do congresso. Schade ainda participou da fundação do Instituto de Urbanismo

PENSAR FORA DO EIXO

no país na década de 1930, bem como da promulgação de uma Lei Geral de Construções e Urbanizações em 1931 e do primeiro Congresso de Arquitetura e Urbanismo do país em 1934 – um dos primeiros da América do Sul a enunciar o urbanismo junto à arquitetura (Almandoz, 2010; Pavez Reyes, 2019).

O uruguaio Eugenio Baroffio também pode ser situado nessa geração daqueles que se diplomaram antes da autonomização do ensino – no seu caso, no ano de 1905 na Faculdade de Matemática de Montevideú. Ingressou no serviço público antes de obter o diploma como copista e desenhista da Seção de Arquitetura e Desenho do Ministério do Fomento até que, um ano depois de terminar os estudos universitários, passou a trabalhar diretamente como arquiteto da municipalidade. Sua trajetória é marcada por esses dois centros de atuação: a universidade e a prefeitura. O engajamento institucional como “espaços dos possíveis”, em seu caso, o permitiu assumir diversos cargos em instituições como o Círculo Municipal, o Círculo de Belas Artes, a Sociedade de Arquitetos, a Cooperativa Municipal, o Instituto Histórico e Geográfico, a Comissão Nacional de Monumentos Históricos e a Comissão Municipal de Nomenclatura Urbana (Cesio, 2020).

Esse exercício poderia continuar ao serem abordados aspectos das trajetórias dos demais profissionais que assinaram, individual e coletivamente, as teses sobre urbanismo apresentadas em 1927. Seria possível indicar como essa inserção no serviço público marcou, também, a trajetória de Nereo de Sampaio, uma vez que a tese apresentada no III CPA pelo brasileiro indica sua intensa participação nos debates sobre as orientações de ensino nas Escolas Normais do Rio de Janeiro. Ou, ainda, indicar as filiações de Rafael Terra Arocena e seu irmão, Horacio Terra Arocena, parte da geração denominada de “arquitetos de Estado” por Santiago Medero (2018), ambos sobrinhos de Gabriel Terra, presidente do país entre 1934 e 1938 marcado por uma política autoritária e ditatorial.

Muitas seriam as possibilidades de continuar a esmiuçar aspectos dessas biografias. Contudo, o exercício da prosopografia não busca afirmar que uma trajetória coletiva é o resultado da soma de trajetórias individuais. Pelo contrário, a busca por “espaços dos possíveis” comuns a esses agentes reunidos pelo debate sobre urbanismo no III Congresso Pan-Americano de Arquitetos visa desmontar uma matriz explicativa pautada pela busca de trajetórias peculiares e pioneiras. Ressaltar a dimensão coletiva da construção dessa agenda profissional não busca reforçar hierarquias na construção de panteões ou destacar determinadas trajetórias como exemplares, o que, grosso modo, resulta em uma apreensão parcial das complexidades do campo. Um exemplo

PENSAR FORA DO EIXO

desse tipo de postura é a publicação *Experiencias de Urbanismo y Planificación en la Argentina (1909-1955)*, editada pelo Governo de Buenos Aires e pelo Centro de Documentação de Arquitetura Latino-americana (Cedodal) em 2012 cujo subtítulo é: biografia dos protagonistas. O conjunto de informações biográficas ali reunidas corrobora o cânone pautado pela ideia de gênio criador individual e traça uma linha entre aqueles considerados importantes e aqueles cuja atuação não alcança a relevância para serem dignos do primeiro plano da escrita da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslocamento operado a partir do investimento na prosopografia pode parecer sutil, mas indica a importância da teoria e do método para a apreensão desse tipo de história coletiva da profissão e da centralidade do político – tal qual teorizado por Ronsavallon – para imaginar outras formas de narrar a história urbana na América Latina. O argumento defendido aqui é o de que a dimensão coletiva é central para as interpretações sobre o papel e os efeitos dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Desde a conformação das delegações que representariam cada nação até a formulação conjunta das teses apresentadas em cada evento, o autorismo parece criar uma ilusão de protagonismo não verificável no dinamismo dessas redes profissionais ao longo do século XX.

Há, contudo, uma série de trabalhos já realizados na historiografia que, embora não enunciem as trajetórias coletivas como método ou instrumento analítico, como feito por Ana Fernandes (2021), contribuem para a consolidação dessa perspectiva. No Chile, a tese de Max Aguirre González, transformada em livro (Aguirre González, 2012), desloca a ênfase dos protagonistas para as estratégias compartilhadas por um coletivo interessado em legitimar a profissão por meio das associações gremiais e revistas técnicas. No Brasil, a tese de Paula Dedecca (2018) reposiciona o Instituto de Arquitetos do Brasil em arenas de disputas locais, nacionais e transnacionais e indica como é possível narrar a história de uma instituição sem recair em hagiografias sobre alguns de seus agentes.

Nesses trabalhos, destaca-se o elemento político como pressuposto para interpretar as dinâmicas do campo profissional e escapar às teleologias que imputam o protagonismo de determinados agentes em detrimento da tarefa coletiva de pensar a profissão como parte da sociedade. Para além disso, reforçam como a operação de transformar ideias e projetos em ação coletiva se apoiava no diálogo entre meio profissional, autoridades administrativas e público geral e como, para isso, os congressos, em suas diferentes escalas (locais, nacionais e internacionais), ganhavam importância.

PENSAR FORA DO EIXO

O exercício esboçado aqui evidentemente não esgota o tema, mas busca contribuir ao delinear algumas potencialidades de rever os pressupostos, bases e teorias pelas quais se narra a história urbana na América Latina. Como etapas complementares a essa reflexão inicial, os dados e informações obtidos a partir da análise da documentação produzida em função desses congressos deverão ser sistematizados em tabelas para permitir uma análise quantitativa baseada em categorias comuns a essas trajetórias. Essa etapa qualificará as dinâmicas dessa rede profissional já identificada e intimamente relacionada às esferas de tomadas de decisão sobre o futuro das cidades nos países sul-americanos na primeira metade do século XX.

De todo modo, a própria busca por essas “pequenas coletividades representativas de um problema”, como caracterizou Charle (2006), é capaz de deslocar o estatuto da operação historiográfica, nos termos de Michel de Certeau (1982). Ou seja, reitera a necessidade de uma vigilância e atenção constantes à natureza teórico-metodológica da investigação, desde o manejo das fontes até sua articulação a partir de uma hipótese e elaboração de uma narrativa explicativa sobre o passado, para escapar de ilusões de totalidade ou imparcialidade.

Por fim, a mobilização das trajetórias coletivas responde às questões colocadas ainda na década de 1970 por Lawrence Stone e que ainda parecem muito atuais. A prosopografia pode ser encarada como uma tentativa de articular, por um lado, a história constitucional e institucional e, por outro, a biografia individual, atualizando ambas a partir de questões do presente. Nas palavras de Stone:

Poderia combinar a habilidade humanística de reconstrução histórica, baseada na atenção minuciosa ao detalhe significativo e ao exemplo particular, com as preocupações estatísticas e teóricas dos cientistas sociais; poderia constituir a ligação ausente entre a história política e a história social, que, no presente, são frequentemente tratadas em compartimentos praticamente estanques, seja em diferentes monografias, seja em capítulos distintos de um mesmo volume. Poderia ajudar a reconciliar a história com a sociologia e a psicologia. E poderia ser um dos muitos fios a ancorar os desenvolvimentos estimulantes da história intelectual e cultural em suas bases sociais, econômicas e políticas. (Stone, 1971, p.79).

De todo modo, a distância entre o futuro pretérito do “poderia” e as realizações efetivas de uma renovação historiográfica impulsionadas por esse instrumento analítico só pode ser diminuída em um esforço igualmente coletivo.

REFERÊNCIAS

III CONGRESO Panamericano de Arquitectos. Buenos Aires 1927. **Actas y trabajos**. Buenos Aires, 1927.

PENSAR FORA DO EIXO

ADAGIO, Noemí Raquel. La Biblia de Piedra: textos y contextos. In: **XI Jornadas Interescuelas**. Departamentos de Historia, Departamento de Historia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, 2007.

ARQUITECTURA - órgano oficial de la Sociedad de Arquitectos. Montevideu: Uruguai, ano 12, n.109, dez. 1926.

AGUIRRE GONZÁLEZ, Max. **La arquitectura moderna en Chile (1907-1942)**: revistas de arquitectura y estrategia gremial. Santiago: Editorial Universitaria de Chile, 2012.

ALMANDOZ, Arturo. From urban to regional planning in Latin America, 1920–50. **Planning Perspectives**, vol. 25, n. 1, jan. 2010, p. 87–95.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006 [1986].

BRESCIANI, Stella. **Da cidade e do urbano**: experiências, sensibilidades, projetos; organização: Josianne Cerasoli, Marcia Naxara, Rodrigo de Faria. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CARASA SOTO, Pedro (org.). **Elites. Prosopografía contemporánea**. Valladolid, Universidad, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CESIO, Laura. **Liceos Públicos/1936-1963, Variaciones modernas sobre un mismo tema**. Trabajo final de tesis, Magíster en Historia (Facultad de Humanidades y Educación, Universidad de Montevideo), 2020.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DEDECCA, Paula Gorenstein. **Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

EXPERIENCIAS de urbanismo y planificación en Argentina, 1909-1955. 1a ed. - Buenos Aires: CEDODAL - Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana, 2012.

FERNANDES, Ana. Autorismo e prosopografia em urbanismo. Reflexões e empirias. In: CHIQUITO, Elisângela; VELLOSO, Rita; FARIA, Rodrigo de. **Urbanismo e planejamento no Brasil – formação, práticas e instituições**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021.

PENSAR FORA DO EIXO

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras [org.]. **Urbanismo na América do Sul**: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009.

GUTIÉRREZ, Ramón; TARTARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. **Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000**: aportes para su historia, 1. ed. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

HEINZ, Flavio (org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

JAQUE, Ignacio Salinas. Nuestros arquitectos de ayer: Manuel Cifuentes. **Revista de la Universidad de Chile**, 1982, p. 39–42.

LARA, Fernando; MARTÍNEZ NESPRAL, Fernando; QUINTANA-GUERRERO, Indrig. Barajar el canon: hacia un entendimiento descolonizado de la arquitectura. **Dearq**, n. 36, 2023, p.4-8

LEME, Maria Cristina da Silva. Francisco Prestes Maia e o urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional. **Anais do I ENANPARQ**, 2010.

LIERNUR, Jorge Francisco. “Es el punto de vista, estúpido!”. In: LIERNUR, Jorge Francisco. **Arquitectura en teoría. Escritos 1986- 2010**. Buenos Aires: Nobuko, 2010, p.273-288.

MARTÍNEZ NESPRAL, Fernando. ¿Misteriosas? ¿Para quién? Hacia una decolonización de la enseñanza-aprendizaje de la historia de la arquitectura. **Arquitecturas del Sur**, v. 47, n. 56, 2019, p.70-83.

MEDERO, Santiago. Arquitectos de Estado. Arquitectura y política en Uruguay en la primera mitad del siglo XX. **Estudios Sociales del Estado**, v. 4, n. 8, 2018, p.7-37.

MUMFORD, Eric Paul. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge: MIT Press, 2000.

NOVO, Leonardo. **Articulações pan-americanas**: a história em pauta nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos no Entreguerras. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2023.

PAVEZ REYES, María Isabel. Urbanismo en la Universidad de Chile desde 1928: iniciativa e impronta de Alberto Schade Pohlenz. **Revista de Urbanismo**, n. 41, 2019.

PERES, José Roberto Pereira. Fernando Nerêo de Sampaio, Engenheiro Arquiteto, Artista e Educador: um intelectual da arte-educação. **Rebento**, São Paulo, no. 11, 2019, p. p. 57-103.

PENSAR FORA DO EIXO

PRZEWORSKY, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. Malabar: Robert E. Krieger Publishing, 1970.

PUTNAM, Robert D. **The Comparative Study of Political Elites**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1976.

RABELO, Clévio. **Arquitetos na cidade**: espaços profissionais em expansão [Rio de Janeiro, 1925-35]. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

RUBINO, Silvana; GRINOVER, Mariana (orgs.). **Lina por escrito**: textos escolhidos de Lina Bo Bardi, 1943-1991. São Paulo: CosacNaify, 2009.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil**: 1900-1990. 3rd ed. São Paulo, SP: Edusp, 2010.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. **O arquiteto e a produção da cidade**: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960). Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STONE, Lawrence. "Prosopography". **Daedalus**, vol.100, n. 01, 1971, p. 46-79.

WARCHAVCHIK, Gregori. **Arquitetura do século XX e outros escritos**. São Paulo: Cosac Naify, 2006 [1930].